

CONTRATO Nº 002/2020

Processo nº: 01.19.642

Contratação de empresa para fornecimento de relógio de ponto eletrônico, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e certificado pelo INMETRO, com locação mensal do software, em nuvem, para utilização dos colaboradores da PBH Ativos S.A, conforme Anexo I deste contrato, que celebram a **PBH ATIVOS** e a empresa **SMART PONTO CONTROLE DE PONTO, ACESSO E INFORMATICA EIRELI**.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **SMART PONTO CONTROLE DE PONTO, ACESSO E INFORMATICA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.497.371/0001-63, estabelecida à Avenida do Contorno, nº 2.333, loja 3, bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-009, representada por seu sócio- diretor, Alexandre Norberto Moura de Sá, portador da CI:MG 12.881.058 e CPF: 088.806.826-36, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº.022/2019 processo administrativo nº 01.19.642, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora dos SERVIÇOS;
- II. **CONTRATANTE**: PBH Ativos S.A. na qualidade de tomadora dos SERVIÇOS e signatária do presente CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- V. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;
- VI. **RILC**: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 007/2019, e disponível no sítio eletrônico da Companhia, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;
- VII. **SERVIÇOS**: designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial da cláusula segunda e do Anexo I;

VIII. TERMO DE REFERÊNCIA ou TR: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa nº: 022/2019, correspondente ao processo administrativo nº 01.19.642, que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de relógio de ponto eletrônico, com locação mensal do software, em nuvem, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e certificado pelo INMETRO, para utilização dos colaboradores da PBH Ativos S.A, conforme Anexo I deste contrato.

2.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I- Termo de Referência, independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada

2.2.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos anexos e as do corpo do CONTRATO, prevalecerão as regras deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo RILC, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1.O período de vigência deste CONTRATO será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura para a locação mensal do software indicado na proposta comercial.

4.1.1. Prazo de entrega e instalação do relógio de ponto, será de até 10 dias úteis, contados da assinatura deste contrato.

4.2.Os prazos de vigência ou de execução poderão ser alterados nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O fornecimento do relógio e a locação mensal do software serão prestados conforme prazos e especificações do CONTRATO, e seu recebimento será realizado na forma do art. 121 do RILC, observado o seguinte:

- I. Concluída a entrega do aparelho e instalação do software, objeto do contrato, será recebido provisoriamente, pelo fiscal indicado pela PBH Ativos S/A, mediante termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações do TR;

- II. Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos;
- III. Uma vez verificada a conformidade do objeto deste contrato com as exigências feitas, será realizado o recebimento definitivo pela GEADM-AT, ficando a CONTRATADA em condições de emitir a respectiva Nota Fiscal.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade do OBJETO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro de prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. Em caso de irregularidade, o fiscal deste contrato da CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Diretoria Executiva da PBH Ativos S/A para as providências cabíveis na forma da legislação.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.407,00 (seis mil, quatrocentos e sete reais), sendo o valor de R\$254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais) pago mensalmente, pela locação do software e manutenção preventiva e corretiva durante o período de 12 meses, conforme proposta da CONTRATADA, Anexo deste CONTRATO.

6.2. O valor constante do *caput* constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução do CONTRATO, estando nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução da avença, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais, taxas de administração, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do CONTRATO.

6.2.1. A CONTRATADA poderá aceitar o aumento ou a redução do objeto pactuado, nos termos do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/16, sendo aplicado, para fins de ajuste dos valores contratuais, os valores unitários constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento à CONTRATADA será realizada em até 20 dias contados do recebimento das respectivas Notas Fiscais/ Faturas.

7.2. As notas fiscais/faturas deverão conter a discriminação dos serviços, bem como do período execução.

7.3. As notas fiscais/faturas, caso regulares, serão atestadas pela Gerência Administrativa da CONTRATANTE.

7.3.1. No caso de irregularidades na Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos que devem acompanhá-la, o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação devidamente regularizada.

Alexandre

7.4. A CONTRATANTE poderá reter da remuneração devida à CONTRATADA o montante necessário para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

7.4.1. A retenção realizada na forma do *caput* não desobriga a CONTRATADA do regular cumprimento do CONTRATO, em especial da prestação do serviço, bem como de corrigir eventuais irregularidades.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data de início da vigência, os valores previstos neste CONTRATO para a locação do software, serão reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

9.2. No caso de reajuste de valores devidos à CONTRATADA, caberá a esta solicitá-lo, devendo o requerimento ser apresentado juntamente com a justificativa e demonstração analítica dos valores requeridos.

9.3. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO, constituem deveres da CONTRATADA:

- I. cumprir integralmente as disposições do presente CONTRATO, bem com a legislação e com as normas infra legais vigentes, independentemente de sua menção neste instrumento;
- II. manter as condições de habilitação durante toda a vigência do CONTRATO;
- III. manter em dia, e de forma regular, todas as licenças, alvarás, autorizações e demais documentos exigidos pela legislação e pelos entes competentes para seu adequado funcionamento e para a execução do seu OBJETO;
- IV. manter canal permanente de comunicação junto à CONTRATANTE, o qual deverá estar disponível durante o horário comercial e de funcionamento da CONTRATANTE;
- V. apresentar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias da data de solicitação, prazo este que poderá ser reduzido, a critério da CONTRATANTE, para evitar danos ou prejuízos;
- VI. informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos;

- VII. corrigir, reparar ou refazer quaisquer dos SERVIÇOS ou atividades realizados em desconformidade com a legislação aplicável ou com o CONTRATO, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- VIII. responder pelas ações e omissões de seus PREPOSTOS, devendo manter a CONTRATANTE indene e devendo indenizar em caso de danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros.

10.1.1. Integram as responsabilidades e riscos da CONTRATADA o custeio das despesas e ônus diretos e indiretos, inerentes e acessórios à prestação dos SERVIÇOS, incluindo, mas não se limitando àqueles relacionados ao desenvolvimento dos produtos e atividades previstas no Anexo I, a tributos, seguros, materiais, honorários, transporte, alimentação, obtenção dos insumos de tecnologia da informação, à alocação e dispensa dos PREPOSTOS além dos encargos trabalhistas e previdenciários.

10.2. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- I. coordenar e gerir a prestação do serviço e demais atribuições da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO;
- II. realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular execução do CONTRATO e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
- III. participar de reuniões, caso convocadas pela CONTRATANTE;
- IV. dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

10.3. Compete à CONTRATADA, ainda, alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos CONTRATO devendo ainda:

- I. garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
- II. garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à CONTRATANTE ou a terceiros;
- III. garantir que os PREPOSTOS estejam devidamente identificados e munidos de documentação que comprove sua habilitação para exercer as atividades relacionadas à execução do CONTRATO;
- IV. notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, EPI e EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CONTRATO 002/2020

Av. Getúlio Vargas 1245, 12º andar, Savassi . CEP: 30.112.021, Belo Horizonte | MG.
☎ +55 31| 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 5 de 14



[Handwritten signature]

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA às suas dependências, para execução do OBJETO, conforme horários acordados;
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens, ou ser prejudicial à saúde dos empregados;
- V. Receber provisoriamente e, após, definitivamente, os SERVIÇOS que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas;
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos SERVIÇOS, observados eventuais descontos devidos
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com os SERVIÇOS;
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS LIMITES DA SUBCONTRATAÇÃO, À CESSÃO DO CONTRATO E DE SUAS OBRIGAÇÕES

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO

13.1. A CONTRATADA obriga-se a manter o sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

13.2. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS

CONTRATO 002/2020

Página 6 de 14

Assessoria Jurídica

<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a Dispensa de Valor e execução do CONTRATOS Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

Alexandre L.

IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;

V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

16.1. A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada nos termos do Decreto Municipal Nº 15.185 de 04 de abril de 2013 e alterações.

16.2. A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor Presidente da CONTRATANTE.

16.3. A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE

16.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A prática de atos ilícitos ou o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do CONTRATO, pela CONTRATADA implicará nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

17.2. **Da advertência:** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual a CONTRATADA é advertida sobre o descumprimento de obrigação legal ou contratual, ou falha na execução do

Alexandre Pa

serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

17.3. Da multa: O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos SERVIÇOS, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do CONTRATO, nos casos de:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos pela legislação ou pelo CONTRATO, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - e) alocar PREPOSTO que não atenda às especificações do CONTRATO ou da legislação;
 - f) deixar de pagar, nos prazos exigíveis, a remuneração, despesas, tributos e encargos de qualquer natureza devidos aos seus PREPOSTOS;
 - g) permitir ou tolerar que os SERVIÇOS sejam executados em condições que possam gerar danos aos seus PREPOSTOS, à CONTRATANTE ou a terceiros;
 - h) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - i) não apresentar documentos e informações requeridos pela CONTRATANTE, que sejam devidos na forma do CONTRATO;
- III. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de constatação da inconformidade dos SERVIÇOS ou dos produtos e resultados com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou da constatação da existência de vício, irregularidade ou defeito oculto que os tornem impróprios para o fim a que se destinam;
- IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de a CONTRATADA dar causa à rescisão do CONTRATO.

17.3.1. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas no CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.2. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

17.3.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

CONTRATO 002/2020

Av. Getúlio Vargas 1245, 12º andar, Savassi. CEP: 30.112.021, Belo Horizonte | MG.
☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 9 de 14



Alexandre R.

17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no CONTRATO e das demais cominações legais.

17.5. Dos procedimentos

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação da CONTRATADA, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no DOM.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Compete à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do CONTRATO.

17.7. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.7.1. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. Adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;

Alexandre Paiva

III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos

I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;

II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- f) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- g) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- h) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância justificadas e exaradas no processo interno;
- i) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- j) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- l) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.4. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará a retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

20.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 24 de Janeiro de 2020

Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage
DIRETORA EXECUTIVA
PBH ATIVOS S/A

Pedro Meneguetti
DIRETOR PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A

Alexandre Norberto Moura de Sá
DIRETOR

SMART PONTO CONTROLE DE PONTO, ACESSO E INFORMÁTICA EIRELI

Testemunhas

1)- Elisa Lucia Valentim
Nome: ELISA LUCIA VALENTIM
CPF: 05965596681

2)- Marcelo Felix Benício
Nome: Marcelo Felix Benício
CPF: 079561806-94



Alexandre Norberto Moura de Sá

ANEXO I- PROPOSTA DA CONTRATADA



CNPJ: 22.497.371/0001-63
www.smartempresarial.com.br

PROPOSTA COMERCIAL

SMART PONTO CONTROLE DE PONTO, ACESSO E INFORMÁTICA EIRELI

AV DO CONTORNO, 2333, LOJA 03, SANTA TEREZA, BELO HORIZONTE-MG, CEP: 30.110-005

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de relógio eletrônico de ponto, com software de gerenciamento, armazenado em nuvem, incluindo instalação e manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de bobinas, conforme descrito no Anexo I deste Termo de Referência CONDIÇÕES GERAIS

DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL PARA 12 MESES
Registrador de Ponto eletrônico, conforme descrição do Anexo I, instalado e configurado.	01	RW Pointline bio/prox	R\$ 1.590,00	R\$ 1.590,00
Licença do Software por no mínimo 12 meses, armazenado em nuvem.	01	RW EZPOINT	R\$ 64,00	R\$ 768,00
Bobina de papel termo sensível homologada pelo MTE.	05	SMART	R\$ 34,00	R\$ 170,00
Integração do sistema web com o sistema de Folha de pagamento - mínimo 40 horas.	serviço	SMART	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Treinamento operacional de funcionamento do relógio e gerenciamento do ponto. (8 horas)	serviço	SMART	R\$ 399,00	R\$ 399,00
Manutenção preventiva e corretiva (12 meses).	12 meses	SMART	R\$ 190,00	R\$ 2.280,00
Garantia				R\$ 6.407,00
VALOR GLOBAL PARA 12 MESES:				

Sede Própria - Av do Contorno, 2333 - Lj 03 - Floresta - BH - MG
Tel: 31 3467 6097 | 31 3467 7088 | 31 99680 3991



Alexandre

smart ponto
controle de ponto, acesso e informática

CNPJ: 22.497.371/0001-63
www.smartempresarial.com.br

Declaramos, sob as penas da lei, que a participante SMART PONTO CONTROLE DE PONTO ACESSO E INFORMATICA EIRELI é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

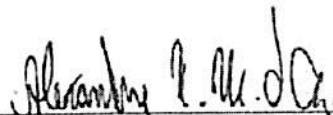
Atestamos para os devidos fins, que a participante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Razão Social: SMART PONTO CONTROLE DE PONTO, ACESSO E INFORMATICA EIRELI
CNPJ/MF: 22.497.371/0001-63
Endereço: avenida do contorno, 2333
Tel./Fax: (31) 3467-6097
CEP: 30.110-009
Cidade: Belo Horizonte
UF: MG
BANCO: SICOOB (756)
AGENCIA: 3089
CONTA: 21138-9

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato: Nome: ALEXANDRE NORBERTO MOURA DE SA Endereço: RUA CAPITAO PROCOPIO 52 CEP: 30.010-180 Cidade: Belo Horizonte UF: MG CPF/MF: 088.806.826-36 Cargo/Função: Diretor RG nº MG-12.881.058 Expedido por: SSP Naturalidade: Belo Horizonte Nacionalidade: Brasileiro

Belo Horizonte 10 de Dezembro de 2019



ALEXANDRE NORBERTO MOURA DE SA - Dpto Comercial -
Smart Ponto Controle de Ponto e Acesso
31 99680-3991 - 31 3467-6097 - 31 3467-7088

Sede Própria - Av do Contorno, 2333 - Lj 03 - Floresta - BH - MG
Tel: 31 3467 6097 | 31 3467 7088 | 31 99680 3991

